



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO - FEAAC
INSTITUTO UFC VIRTUAL
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SEMI-PRESENCIAL)

I IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO
 CARGA HORÁRIA: 64 horas/aula
 DURAÇÃO: Semestral
 PROFESSOR: Eduardo Santos Ellery



II EMENTA

Gênese e evolução histórica do Direito. Direito administrativo. Sujeito de direito. Pessoas jurídicas administrativas. Objeto do Direito. Atos e fatos jurídicos. Atos administrativos. Serviço Público. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública. Funcionário público. Estatuto público. Crimes contra a administração pública.

III OBJETIVOS

Dotar os alunos de noções básicas do Direito Administrativo apresentando-se os princípios gerais do direito administrativo (constitucionais e doutrinários); as Pessoas Jurídicas administrativas; os fatos e atos jurídicos; a formação do Estado Brasileiro, administração direta e indireta; os agentes públicos; normas regulamentadoras das categorias profissionais, sobretudo dos agentes públicos; fundamentos dos crimes contra a administração pública.

IV CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Princípios do Direito Administrativo

- 1.1 Apresentação;
- 1.2 Ramos do Direito;
- 1.3 Aspectos históricos;

2. Deveres e Responsabilidades dos Agentes Públicos

- 2.1 Agentes Públicos;
- 2.2 Regimes Jurídicos Funcionais;
- 2.3 Investidura nos cargos da Administração Pública: Nomeação, Posse e Exercício;



3. A teoria do ato administrativo

- 3.1 Conceitos;
- 3.2 Elementos do Ato Administrativo;
- 3.3 Características ou Atributos do Ato Administrativo;

4 Organização Administrativa

- 4.1 Administração direta e indireta;
- 4.2 Terceiro Setor;

5 Licitações e Contratos na Administração Pública

- 5.1: Licitações;
- 5.2 Excludentes da Licitação;
- 5.3 Contratos;
- 5.4 Contratos da Administração Pública;

6 Controle da Administração Pública

- 6.1 Controle Interno;
- 6.2 Controle Externo;
- 6.3 Processo Administrativo – Fundamentos e Recursos.

V METODOLOGIA

- Partindo do pressuposto de que cada indivíduo é agente ativo do seu processo de educação, esta disciplina é fundamentada no método reflexivo-participativo.
- EAD – utiliza-se um espaço virtual de ensino-aprendizagem, o SOLAR, que funciona, a um só tempo, como mecanismo de gestão e fórum para apresentação de conteúdos, consolidação de materiais didáticos, troca de idéias entre todos os participantes. O aluno deve, portanto, acessá-lo diariamente, de modo a participar das múltiplas atividades de estudo, leitura e discussão.
- São utilizados procedimentos variados, tais como: aulas expositivas por parte do professor, discussões de temas em fóruns, chats, etc.

VI AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados pelo cumprimento das seguintes atividades propostas:



- Atividades Virtuais:
- Avaliação Presencial:

VII BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

BASTOS, Núbia Maria Garcia. Introdução à Metodologia do Trabalho Acadêmico. 4. ed. Fortaleza: Nacional, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado 1988. Disponível em: < www.senado.gov.br/sf/legislacao/ >

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 17. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

ELLERY, Eduardo Santos. Proteção à Criança e ao Adolescente por Organizações Não Governamentais no Ceará. Fortaleza, UNIFOR, 2007, 105p. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade de Fortaleza, 2007.

VIII BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDAUAR, Odete. (Organização). Constituição Federal. Coletânea de Legislação Administrativa. 7.ed. São Paulo: RT, 2007.

MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. (Texto Integral). Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NUNES, Rizzatto. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 2. ed. Reform. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVO, Luiz Carlos Cancellier, Direito Administrativo. Florianópolis: CAD/UFSC, 2007.

PIRES, Antonio Cecílio Moreira. Direito Administrativo. São Paulo: DPJ, 2006.

TABOSA, Agerson. Direito Romano. 2. ed. Fortaleza: FA7, 2003.